
CATALISADORES SOCIAIS: PROPOSTA METODOLÓGICA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS EM TEMPOS DE CRISE E/OU EFERVESCÊNCIA NA SOCIEDADE¹

CATALIZADORES SOCIALES: PROPUESTA METODOLÓGICA PARA LAS CIENCIAS SOCIALES EN TIEMPOS DE CRISIS Y/O EFERVESCENCIA EN LA SOCIEDADE

SOCIAL CATALYSTS: METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR SOCIAL SCIENCES IN TIMES OF CRISIS AND/OR EFFERVESCENCE IN SOCIETY

Braian Veloso²

<https://orcid.org/0000-0002-9459-5740>

<http://lattes.cnpq.br/2537302046587655>

RESUMO: A pandemia ocasionada pela Covid-19 tem gerado muitas problemáticas que demandam análises sociológicas. Em meio a isso, surgem, evidentemente, discussões acerca de ferramentas, técnicas, teorias, procedimentos e outros aspectos metodológicos visando não apenas apreender as especificidades desse período pandêmico, mas também alinhar-se às peculiaridades que surgem em face das medidas de distanciamento e isolamento social preconizadas pelo órgão máximo de saúde no mundo. Posto isso, o objetivo geral deste artigo é apresentar os pressupostos e os procedimentos de uma ideia metodológica partindo daquilo que, aqui, estamos chamando de catalisadores sociais. Buscamos levantar alguns conceitos e perspectivas teóricas para, por meio disso, estabelecermos uma discussão acerca de procedimentos de um método de pesquisa ajustado às necessidades e às especificidades de momentos de crise como esse em que a sociedade está vivendo. No texto, utilizamos a revisão bibliográfica para situar nossas bases epistemológicas, demonstrando que o foco da discussão não é propor um olhar inédito para a sociologia, mas constituir um amálgama de outras contribuições a fim de instituir pilares metodológicos. Também apresentamos a definição, ainda incipiente, daquilo que compreendemos como catalisadores sociais. Por fim, o artigo propõe etapas ou, mais precisamente, procedimentos metodológicos para pesquisas sociológicas que tenham, como objeto de estudo, fenômenos oriundos e/ou que sofrem impactos diretos dos momentos de crise e efervescência na sociedade. Salientamos que o objetivo do texto não é substituir outros métodos sociológicos, tampouco apresentar uma discussão metodológica aprofundada colimando estabelecer uma nova referência para a sociologia contemporânea. Trata-se, em verdade, de um ensaio, com as primeiras discussões do autor, no intuito de contribuir para os debates referentes à metodologia nas ciências sociais.

Palavras-chave: Metodologia. Método. Ciências Sociais. Catalisadores sociais. Pandemia.

¹ Neste texto, adota-se o sistema de citação “autor-data” de acordo com orientações mais recentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE-UFSCar). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFSCar). Suas pesquisas versam sobre a Educação a Distância (EaD) e sobre o trabalho na contemporaneidade. Vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens (Grupo Horizonte-UFSCar) / Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades (LEST-M). - braiangarritoveloso@gmail.com.

RESUMÉN: La pandemia provocada por Covid-19 ha generado muchos problemas que requieren un análisis sociológico. En medio de esto, evidentemente hay discusiones sobre herramientas, técnicas, teorías, procedimientos y otros aspectos metodológicos con el objetivo no solo de aprehender las especificidades de este período pandémico, sino también de alinearse con las peculiaridades que surgen ante la distancia y el aislamiento, medidas defendidas por la mayor agencia de salud del mundo. Dicho esto, el objetivo general de este artículo es presentar los supuestos y procedimientos de una idea metodológica basada en lo que aquí llamamos catalizadores sociales. Buscamos plantear algunos conceptos y perspectivas teóricas con el fin de establecer una discusión sobre los procedimientos de un método de investigación ajustado a las necesidades y especificidades de momentos de crisis como el que vive la sociedad. En el texto utilizamos la revisión bibliográfica para ubicar nuestras bases epistemológicas, demostrando que el foco de la discusión no es proponer una mirada inédita a la sociología, sino constituir una amalgama de otras aportaciones para instituir pilares metodológicos. También presentamos la aún incipiente definición de lo que entendemos por catalizadores sociales. Finalmente, el artículo propone pasos o, más precisamente, procedimientos metodológicos para la investigación sociológica que tienen como objeto de estudio fenómenos originados y/o que sufren impactos directos de los momentos de crisis y efervescencia de la sociedad. Destacamos que el objetivo del texto no es reemplazar otros métodos sociológicos, ni presentar una discusión metodológica en profundidad que colima para establecer una nueva referencia para la sociología contemporánea. Se trata, de hecho, de un ensayo, con las primeras discusiones del autor, con el fin de contribuir a los debates relacionados con la metodología en las ciencias sociales.

Palavras-clabe: Metodología. Método. Ciencias Sociales. Catalizadores sociales. Pandemia.

ABSTRACT: The pandemic caused by Covid-19 has generated many problems that demand sociological analysis. In the midst of this, there are evidently discussions about tools, techniques, theories, procedures and other methodological aspects aiming not only to apprehend the specifics of this pandemic period, but also to align with the peculiarities that arise in the face of distance and isolation measures advocated by the highest health agency in the world. That said, the general objective of this article is to present the assumptions and procedures of a methodological idea based on what, here, we are calling social catalysts. We seek to raise some concepts and theoretical perspectives in order to establish a discussion about the procedures of a research method adjusted to the needs and specificities of moments of crisis like the one in which society is living. In the text, we use the bibliographic review to locate our epistemological bases, demonstrating that the focus of the discussion is not to propose an unprecedented look at sociology, but to constitute an amalgamation of other contributions in order to establish methodological pillars. We also present the still incipient definition of what we understand as social catalysts. Finally, the article proposes steps or, more precisely, methodological procedures for sociological research that have, as object of study, phenomena originating and / or that suffer direct impacts from the moments of crisis and effervescence in society. We emphasize that the objective of the text is not to replace other sociological methods, nor to present an in-depth methodological discussion collimating to establish a new reference for contemporary sociology. It is, in fact, an essay, with the first discussions of the author, in order to contribute to the debates related to methodology in the social sciences.

Keywords: Methodology. Method. Social Sciences. Social catalysts. Pandemic.

INTRODUÇÃO

A pandemia ocasionada pela Covid-19 gerou muitas problemáticas que demandam atenção de sociólogos e cientistas no geral. Devido às medidas de distanciamento e isolamento social preconizadas pelo órgão máximo de saúde no mundo, muitas atividades foram substancialmente modificadas. A educação passou para um formato remoto emergencial, postos de trabalho antes presenciais começaram a ser exercidos na modalidade de teletrabalho ou *homeoffice*, além das diferentes implicações na cultura e na organização da sociedade. Mesmo que todas essas transformações estejam diretamente ligadas a um momento de crise, há que se observar os impactos para além do período pandêmico, uma vez que, por certo, muitas das mudanças serão sentidas em longo prazo.

Dessa maneira, a sociologia se vê diante de vários aspectos que precisam ser investigados. Do trabalho à educação, diversos são os campos que têm demandado análises sociológicas pormenorizadas, com vistas a desvelar não só os impactos da pandemia, mas tendências que serão sentidas posteriormente ao momento de crise. Surgem, então, necessidades metodológicas no que se refere ao uso de procedimentos e ferramentas ajustadas às especificidades do período em que estamos vivendo. É claro que se debruçar sobre contextos de crise e/ou revolução não é nenhuma novidade para a sociologia. No entanto, acreditamos ser importante pensar em inovações no método que possam trazer novos olhares para problemas que, em si, não são tão novos assim. Exatamente por isso, o objetivo principal deste artigo é apresentar os pressupostos e os procedimentos de uma ideia metodológica partindo daquilo que, aqui, estamos chamando de catalisadores sociais.

A escolha pelo termo **catalisador** se dá devido à capacidade que certos fenômenos históricos têm de impulsionar decisivamente mudanças sociais importantes. Como não poderia deixar de ser, a noção que construímos sobre esse conceito, ainda muito incipiente, parte, como dito, das experiências vivenciadas durante o período pandêmico. Certamente, muitos são os fenômenos que podem afetar variados objetos, havendo dificuldade em precisar, no âmbito das ciências sociais, o que seria considerado relevante ou o que estaria à margem dos interesses do pesquisador. Até porque isso depende do próprio recorte, da abordagem, do método, dentre outras coisas. De todo modo, a noção de catalisador social que iremos construir no texto almeja colocar no centro da investigação certos contextos que trazem implicações percebidas também a médio e longo prazo para estruturas sociais. Sem desconsiderar a importância e a possibilidade de outras tantas formas de apreender o objeto de estudo, a proposição metodológica que fazemos nestas páginas visa tão somente contribuir para a pesquisa sociológica com novos olhares para o fazer científico.

Sobre a estrutura do texto, iniciamos com uma breve discussão teórica acerca dos objetos de análise sociológica, demonstrando que o interesse em analisar períodos de crise e/ou revolução remonta ao próprio surgimento da sociologia clássica. Em seguida, partimos para uma definição epistemológica, entendendo a importância de apreender as dinâmicas entre indivíduo e sociedade. Destacamos que não foi intenção do artigo aprofundar-se em conceitos sociológicos, mas tão somente delinear os pilares que definem a condução do método ora apresentado. Assim, segue-se para a delimitação do conceito de catalisadores sociais para, posteriormente, discutirmos nossa ideia metodológica e os procedimentos que a constituem. Por fim, encontram-se algumas considerações finais levantando os pontos mais importantes do texto e reiterando a proposta do artigo, relacionada à apresentação de uma ideia ainda incipiente que

precisa ser discutida e problematizada sociologicamente.

A SOCIOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM MOMENTOS DE CRISE E/OU EFERVESCÊNCIA HISTÓRICA

A sociologia tem estreita relação com a eclosão de fenômenos históricos que, dentre outras coisas, constituem-se como uma espécie de **catalisadores**³ de mudanças sociais. Quando remontamos às discussões sociológicas clássicas, observamos que esse campo de pesquisa esteve atrelado, direta ou indiretamente, às mudanças sociais impelidas por contextos bem demarcados de crise e/ou revolução. As concepções durkheimianas, para além do interesse voltado à constituição da sociologia enquanto disciplina, centraram-se em análises como a divisão do trabalho social (DURKHEIM, 2016) ou mesmo o suicídio (DURKHEIM, 2014), intrínsecas às transformações ocasionadas pelo modo de produção capitalista e, notadamente, àquelas que surgiram à esteira da revolução industrial. Marx (2013), por sua vez, não só criticou a economia política como também lançou luzes sobre os processos de produção de mais-valia, descortinando o *modus operandi* do capital e sua produção de valor a partir da exploração do trabalho enquanto mercadoria. Novamente, tem-se fenômenos típicos de um contexto histórico-social em que a revolução francesa, por exemplo, contribuiu para perfilar a nova ordem constituída sob a égide de um Estado moderno atuando em prol de interesses burgueses, numa sociedade cujos antagonismos de classe delineavam os embates entre a burguesia e o crescente número de proletários que dependiam tão somente da venda de sua força de trabalho.

Weber (2015) e suas análises sociológicas, também frequentemente tidas como um dos estímulos da sociologia clássica, debruçou-se, dentre outras coisas, sobre as características do empreendimento capitalista moderno, abordando conceitos como racionalidade instrumental, ética protestante e sua influência no espírito do capitalismo (WEBER, 2013), burocracia como tipo ideal da dominação legal etc. Pois bem, a pujante contribuição teórica do autor visava à compreensão da sociedade e suas características a partir do avanço e das modificações ocasionadas pela revolução industrial e pela expansão do processo de racionalização do capitalismo moderno. A sociologia clássica, pois, investigou o corolário de fenômenos históricos de crise e/ou revolução que fizeram abrolhar mudanças substanciais nas formas de organização da sociedade. Esse é o cenário de fundo que serve à exortação de filósofos e cientistas, à época, com vistas a conceber a sociologia como disciplina capaz de perscrutar os impactos advindos dos processos de transformação social. Processos estes que, como dissemos, tinham como força motriz a revolução burguesa, a revolução industrial e, conseqüentemente, a expansão do modo de produção capitalista. Isso nos permite corroborar, sem muita originalidade, que a sociologia, desde sempre, esteve ligada a contextos que impulsionaram mudanças sociais significativas.

Na contemporaneidade, as discussões sociológicas, evidentemente, ainda se instituem sobre a base de acentuados processos de transformação da sociedade. Com as ressignificações do modo de produção capitalista, buscando sobrepujar crises e assegurar sua expansão, observa-se a passagem de um regime de acumulação rígido, que tinha como tipo ideal a fábrica fordista, para outro mais flexível, em que a instabilidade e a precarização se tornam predicados de uma

³ Este termo é basal em nosso ensaio, de modo que, neste texto, ele é compreendido como uma situação histórica específica, geralmente uma crise ou revolução – estas muitas vezes indissociáveis – que são as molas propulsoras das transformações sociais subsequentes. Posteriormente, neste artigo, vamos definir melhor o conceito.

modernidade que, hodiernamente, prima pela fragilização dos vínculos, inclusive aqueles nas relações de trabalho (LIMA; BRIDI, 2019; LIMA, 2010; FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010; MACHADO DA SILVA, 2006). Bauman (2001) interpreta essas características como a passagem de um capitalismo “sólido” e rígido para outro “líquido” e volátil. As implicações disso não se restringem, no entanto, ao trabalho, mas se estendem à própria construção das subjetividades. O autor chega a dizer que o desenvolvimento do capitalismo se mostrou o exato oposto do tipo ideal de Weber quando este compreendeu a burocracia como epítome da racionalidade que marcava a sociedade no fim do século XIX e início do século XX (BAUMAN, 2001). Não que o capitalismo tenha deixado de ser racional, mas é evidente que as relações sociais e, mais especificamente, as próprias tendências capitalistas se modificaram significativamente desde a revolução industrial.

O que precede nos permite afirmar que a sociologia está historicamente interessada em analisar as alterações incessantes que se constituem mediante o modo de produção e o intercâmbio entre os indivíduos (MARX, 2013), ou mesmo por meio de elementos como a religião (WEBER, 2013), a organização do trabalho (DURKHEIM, 2016), a educação e os processos de reprodução social (BOURDIEU; PASSERON, 1992) etc. Se a sociedade não atingiu o apogeu do desenvolvimento – e nem demonstra sinais de que isso é possível, até porque a própria noção de progresso deve ser problematizada, como o faz, a título de exemplo, Walter Benjamin (LÖWY, 2002) –, podemos, assim, asseverar que a sociologia é uma disciplina interessada num objeto que se modifica *ad infinitum*⁴. Nas ciências sociais, justamente por tratarmos de questões envolvendo os seres humanos, lidamos com todas as vicissitudes daquilo que é intrinsecamente claudicante e, por isso mesmo, não é apreendido em sua forma cabal. Decerto, essa afirmação pode gerar celeuma, até porque ao concebermos a natureza sob a compreensão da dialética, vemos que a transformação que se materializa no percurso histórico é a regra de fenômenos que, conforme Engels (2015, p. 151), extrapolam os seres humanos e se estendem à natureza⁵, porque “tudo muda completamente de figura assim que examinamos as coisas em seu movimento, em sua mudança, em sua vida, na incidência recíproca umas sobre as outras. Nesse caso, envolvemo-nos imediatamente em contradições”.

De qualquer forma, ao entendermos que a sociologia está interessada num objeto que se modifica no tempo e no espaço, o que, talvez, de acordo com Schopenhauer (2001), seria uma das principais diferenças que marcaria a distinção entre a ciência e a filosofia⁶, observamos que essas transformações que são de interesse dessa disciplina têm, como catalisadores, fenômenos históricos fortemente associados a períodos de crise, revolução, efervescência etc. Porém, ao passo que isso se mostra como uma evidência nada original e inovadora, consideramos que, sobretudo no avanço das discussões sociológicas contemporâneas, esses fenômenos, como gatilhos das implicações que são posteriormente analisadas, nem sempre são colocados no cerne da discussão, como ponto de partida da pesquisa. Discute-se, por exemplo, a precariza-

⁴ Não estamos ignorando ou nos opondo, até pelo exíguo espaço destas páginas e o interesse de nosso debate, à concepção marxista que compreende o materialismo histórico e dialético como teoria revolucionária, visando à revolução e à superação da sociedade de classes como ponto no horizonte. Estamos apenas afirmando, em verdade, que a sociologia se desenvolve enquanto disciplina muito interessada nas mudanças sociais. Estas que têm, como pano de fundo, fenômenos que, por sua vez, impulsionam essas mesmas transformações.

⁵ Sabemos que a noção de Engels (2015) sobre a dialética é problemática e gerou debates acalorados, porque existem controvérsias, como nos mostra Musse (2005).

⁶ Para Schopenhauer (2001), a filosofia busca a essência das coisas, enquanto a ciência está subsumida aos princípios da razão, que incluem o tempo, o espaço e a causalidade.

ção do trabalho e o desemprego estrutural como novas tendências do capitalismo, mas não se delinea, de forma precisa, os específicos contextos de crise, situados num determinado recorte histórico-social, que são os responsáveis por incitar a materialização e a manifestação desses fenômenos dentro de uma realidade específica. Remonta-se às crises do modelo fordista na década de 1970 que contribuíram para a constituição de um capitalismo mais flexível, mas não se analisa um determinado catalisador social que não apenas é o responsável por engendrar esse impacto numa determinada localidade, como também é um dos principais fatores que contribuem para dar a forma *sui generis* desse fenômeno dentro de um país, de uma região ou de um momento histórico distinto.

Evidentemente, não estamos dizendo que a sociologia contemporânea passou a se olvidar desses catalisadores. Vários teóricos poderiam ser arrolados demonstrando que, novamente, não há qualquer originalidade em afirmar que a sociologia parte, frequentemente, de uma crise ou efervescência para, então, investigar suas consequências. Em todo o caso, pesquisas buscam averiguar fenômenos muito específicos tendo, como referencial, tendências ou mudanças que remontam a períodos anteriores ou que extrapolam o contexto analisado, sem ter, como ponto de partida, uma determinada conjuntura que está entre as principais responsáveis pelas manifestações do mesmo fenômeno dentro do objeto investigado. Com efeito, não estamos, de forma alguma, posicionando-nos contra esse tipo de abordagem. Tampouco estamos argumentando que isso gere qualquer problema na investigação sociológica. A bem dizer, apenas estamos situando o nosso argumento para, mais à frente, propormos o ensaio de um método sociológico que, muito embora não seja inovador no sentido de desvelar a presença dos catalisadores sociais, advoga retomar a importância destes como ponto de partida, propondo novas formas de estruturar a condução de uma pesquisa direcionada aos momentos de crise que são fundantes em transformações sociais passíveis de análise sociológica. Em vez de conceber aquilo que, aqui, estamos chamando de catalisadores sociais como simplesmente pano de fundo, propomos trazê-los também ao protagonismo para compreender de que maneira eles são importantes na materialização dos fenômenos dentro de contextos sociais muito bem delimitados.

A RELAÇÃO ENTRE SUJEITO E OBJETO: PROPOSIÇÃO EPISTEMOLÓGICA

Outro pilar imprescindível para o nosso empreendimento teórico concerne à definição de algumas concepções epistemológicas. A intrincada relação entre indivíduo e sociedade, bem como as formas de abordar essas intersecções, é algo recorrente na sociologia. Desde Marx (2013) e Durkheim (2016)⁷, constatamos formas de apreender essa relação numa perspectiva em que as estruturas maiores acabam condicionando, em diferentes medidas, a ação individual. No marxismo, a sociedade de classes e o posicionamento dos sujeitos dentro dos embates entre burguesia e proletariado influem nos interesses manifestados pelos agentes na ordem econômica. Em Durkheim (2016), a consciência individual se intensifica à medida que a consciência coletiva diminui, além de que o próprio fato social atua coercitivamente na ação dos

⁷ Sabemos que essa discussão sobre a dicotomia entre indivíduo e sociedade é sobremaneira complexa, especialmente ao retomarmos os clássicos. No entanto, devido à limitação de espaço neste artigo e aos interesses manifestados aqui, não iremos aprofundar essas questões. Interessa-nos, apenas, mostrar que o debate sobre as relações entre indivíduo e sociedade ou entre estrutura e agência perpassam a sociologia.

sujeitos. Todavia, em Weber (2016) é possível observar uma perspectiva interessada na atribuição de sentido subjetivo ao agir que, em certa medida, contribui para discussões que buscam neutralizar as dicotomias entre sociedade e indivíduo. Para Colliot-Thélène (2016), as noções de “disposição” e “conduta”, na sociologia weberiana, ocupam lugar análogo à noção de *habitus* em Bourdieu, considerando-se que ambas seriam o lugar de neutralização da oposição que se admite entre a lógica da ação e o peso das estruturas institucionais, conforme nos mostra a autora:

[...] Se, de fato, é verdade que uma parte das forças que contribuem a dar forma às condutas decorre da lógica dos “campos” – na linguagem de Weber: as esferas de ação – onde cada uma produz obrigações específicas, é verdade que a conduta de vida, porque aquilo que lhe dá forma é o sentido subjetivo que os agentes atribuem a sua ação e que ela é apreendida neste nível, inclui, sem dificuldade, o efeito das modificações voluntárias que os indivíduos podem exercer sobre ela. Sem dúvida, as condutas se adaptam às obrigações das estruturas, mas também é possível que os indivíduos modifiquem suas condutas de forma pensada e, por conseguinte, estas modificações dizem respeito a grupos suficientemente importantes, induzindo mudanças nas condições institucionais da vida coletiva (COLLIOT-THÉLÈNE, 2016, p. 129).

Mas não apenas em Weber, como em outros sociólogos, encontramos debates que, sob diferentes olhares, incidem sobre as questões atinentes às relações entre indivíduo e sociedade. O interacionismo simbólico pode ser mencionado, porque se preocupa com uma abordagem centrada no processo interpretativo peculiar à condição humana que media a relação entre estímulo e resposta e que se encontra em meio às relações sociais (BECKER, 1996; BLUMER, 2018). Em Elias (1994), constata-se, também, uma perspectiva sociológica altamente relacional, cujas intersecções entre agência e estruturas ganham contornos importantes para o debate. Vejamos que, de acordo esse autor, “o irrevogável entrelaçamento dos atores, necessidades, ideias e impulsos de muitas pessoas dá origem a estruturas e transformações estruturais numa ordem e direção específicas que não são ‘animais’, ‘naturais’, ou ‘espirituais’, nem tampouco ‘racionalis’ ou ‘irracionalis’, mas **sociais**” (ELIAS, 1994, p. 33 grifo do autor). Pois esse entendimento da sociedade propicia uma análise em que as relações nos permitem vislumbrar entrelaçamentos entre a agência dos indivíduos, de um lado, e as estruturas, de outro.

Num amálgama dessas contribuições teóricas, pode-se depreender que, muito embora a ação individual esteja sujeita às macroestruturas que desbordam dos interesses unicamente individuais, estes não estão apartados da condução e reestruturação das dinâmicas sociais maiores que, em diferentes medidas, influem na ação social. Conquanto não possamos falar num consenso, o que, por si só, não é tão simples em sociologia, é possível asseverar que várias discussões sociológicas abordam a questão das dicotomias ou mesmo de possíveis neutralizações destas com relação à agência dos sujeitos e às estruturas da sociedade. E isso, para nós, é importante, na medida em que pretendemos delimitar a nossa compreensão epistemológica da realidade que servirá de sustentação para o ensaio do método que empreenderemos mais à frente neste artigo. Buscamos uma forma de compreender as macro e microestruturas sem, todavia, incorrer em determinismos que anulem a capacidade de interpretação dos indivíduos. Isto é, consideramos que ninguém age desconectado de uma realidade histórico-social. Esta, por seu turno, baliza e oferece, ao sujeito, diferentes possibilidades de ação, incidindo, evidentemente, sobre esse agir. Contudo, há que se considerar a capacidade de interpretação em face das estruturas sociais, o que irá determinar a materialização de quaisquer influências na própria

ação social. Noutros termos, muito embora o sujeito esteja subsumido, em diferentes níveis, à sociedade, a forma como as estruturas influem na subjetividade nunca será unívoca. Pode-se falar de regularidades e de condições que dificultam ou almejam inviabilizar certas subversões, mas sempre haverá algum espaço para a interpretação. Do contrário, a sociedade não teria passado por revoluções no decorrer do desenvolvimento histórico, ainda que variadas estruturas condicionassem a ação a fim de, inclusive, manter o *status quo*.

Seguindo em nosso panorama conceitual, Schopenhauer (2001, p. 37) evidencia que, somente a partir dos primeiros olhos uma vez abertos que todo o universo passa a ter sua realidade, porque são esses mesmos olhos que intermedeiam o conhecimento, “apenas pelo qual e no qual o mundo existe, sem o qual é impossível sequer concebê-lo, visto que o mundo é apenas representação e, por conseguinte, tem necessidade do sujeito que conhece como suporte da sua existência”. Para além da concepção metafísica da vontade, consideramos que a proposição do filósofo apresenta uma verdade indelével: os objetos são apreendidos pelo sujeito, quer como representação, quer como interpretação. Somente por meio desse processo de apreender a realidade é que a ação pode se materializar. Indivíduos situados em contextos histórico-sociais distintos tendem a ter pensamentos diversos, agindo de formas diferentes. Pois justamente a realidade que para eles se apresenta como, talvez na concepção de Schopenhauer (2001), representação, irá condicionar e influir na ação social. Mas os próprios sujeitos, dados os multifacetados elementos que constituem a subjetividade, podem interpretar a realidade com que se deparam de variadas maneiras. Um indivíduo situado numa posição dentro da estrutura de classes irá se deparar com interesses maiores do que aqueles individuais, como Marx (2007) pontua. No entanto, na medida em que Weber (1982) nos mostra que a situação comum de classe não garante, *per se*, a ação coletiva, verificamos que as estruturas, mesmo que exerçam pressão coercitiva sobre os indivíduos, sempre são intermediadas pela interpretação que os sujeitos delas fazem, o que pode – mas não necessariamente – gerar ações diversas. No entendimento de Bourdieu (1989, p. 137):

[...] Se a probabilidade de reunir realmente ou nominalmente – pelo poder delegado – um conjunto de agentes é tanto maior quanto maior é a sua proximidade no espaço social e quanto mais restrita, logo mais homogênea, é a classe construída a que eles pertencem, a aproximação dos mais chegados nunca é *necessária*, fatal (pois que os efeitos da concorrência imediata podem fazer barreira) e a aproximação dos mais afastados nunca é *impossível*: se há mais probabilidade de se mobilizar no mesmo grupo real o conjunto dos operários do que o conjunto dos patrões e dos operários, pode-se, graças a uma crise internacional, por exemplo, conseguir um agrupamento baseado em liames de identidade nacional (isto em parte porque, pela história que lhe é própria, cada um dos espaços sociais nacionais tem a sua estrutura própria – por exemplo em matéria de desvios hierárquicos no campo econômico).

Entende-se que a agência dos indivíduos não apenas se relaciona estritamente às estruturas maiores como a classe, mas também às interações existentes entre as próprias estruturas. Uma *crise*, como destacado por Bourdieu (1989), pode ser determinante num agrupamento que, em vez de reunir sujeitos em situação comum na ordem econômica, organiza-se em liames de identidade nacional. E isso porque, novamente, uma *crise* internacional assume uma determinada forma a partir das interações que estabelece com as estruturas daquele país. Estruturas estas que dependem, em última instância, das próprias características do desenvolvimento histórico daquela região. Colimando identificar essas complexas relações entre o social e o indi-

vidual, Bourdieu propõe o anteriormente mencionado conceito de *habitus*. Para esse sociólogo.

[...] a função da noção de *habitus* restitui ao agente um poder gerador e unificador, construtor e classificador, lembrando ainda que essa capacidade de construir a realidade social, ela mesma socialmente construída, não é a de um sujeito transcendental, mas a de um corpo socializado, investindo na prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada (BOURDIEU, 2001, p. 167).

Setton (2002) afirma que *habitus* é um conceito capaz de conciliar as aparentes dicotomias entre as realidades exterior e individual. Trata-se de um “sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirindo nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano” (SETTON, 2002, p. 63). Nesse prisma, o conceito pode ser entendido como esquemas de interpretação e apreensão que influem no agir mediante os estímulos e estruturas dos campos em que os sujeitos se encontram. É importante destacar que a teoria bourdieusiana busca fugir dos determinismos da prática, uma vez que compreende as relações entre o indivíduo e a sociedade, ou seja, constata-se uma relação recíproca entre o *habitus* e a estrutura de um campo. Por isso que esse conceito não é apenas uma “memória sedimentada e imutável; é também um sistema de disposições construído continuamente, aberto e constantemente sujeito a novas experiências” (SETTON, 2002, p. 65). Ainda que essas disposições que possibilitam o alinhamento entre as estruturas subjetivamente incorporadas e aquelas que constituem os campos em que acontecem a ação social sejam histórica e socialmente construídas, desmistificando a ideia de um agir totalmente racional, o *habitus* não pressupõe uma predisposição engessada. Porque ele é constantemente construído mediante as experiências e a construção da subjetividade.

Desse modo, queremos, ao retomar algumas concepções sociológicas importantes – não apenas clássicas, mas também contemporâneas – demonstrar que nosso método não pressupõe uma dualidade ou mesmo antagonismo entre o individual e o social. De um lado, entendemos que a capacidade de agência é socialmente condicionada, de tal sorte que os sujeitos sempre agem num determinado contexto histórico-social, a partir de experiências vividas que inculcam valores e predisposições que balizam o agir. Por outro lado, muito embora essas estruturas estabeleçam lógicas de funcionamento que, por vezes, aproximam os indivíduos assegurando a manutenção da ordem social vigente e a ação socialmente organizada, os valores e as predisposições individuais sempre contam com variações dessas mesmas estruturas introjetadas. Variações estas que são imanentes às distintas experiências de vida. E o próprio conjunto de predisposições que funciona como um arcabouço para a ação social é constantemente (re)construído e ressignificado.

Para além disso, há outro elemento que consideramos fundamental nesse processo de apreensão da realidade social. Estamos nos referindo às crises ou situações historicamente dadas capazes de galvanizar os sujeitos e impactar decisivamente nas estruturas sociais vigentes. Se as predisposições individuais dependem, de diferentes maneiras, das estruturas socialmente construídas, crises que esfacelam ou modificam essas estruturas impactam, certamente, a ordem social, mas também a construção das subjetividades. Anteriormente neste artigo, demonstramos como a sociologia sempre esteve interessada nessas crises e/ou revoluções que promovem mudanças substanciais. Setton (2002) mostra que, em Bourdieu, as estratégias, como produtos do *habitus* ajustados a determinada demanda social, surgem como ações práticas im-

peladas pelos estímulos de uma dada situação histórica. Portanto, a resposta dos indivíduos em face de uma crise é condicionada pelas predisposições que viabilizam e orientam a ação. Mas, em nosso entendimento, essa estrutura interior histórica e socialmente construída que possibilita o agir também é impactada quando as estruturas exteriores são afetadas por um fenômeno específico. Essa relação dialética entre indivíduo e sociedade se torna sobremodo complexa quando eclode uma crise que, devido às suas características, abala a ordem vigente, demandando a ressignificação, inclusive, das subjetividades com vistas a instituir novos esquemas de ação mais ajustados às demandas que, repentinamente, modificam-se ou são geradas em razão dessa mesma crise social.

Posto isso, introduzimos, a seguir, a nossa proposição de método sociológico que, não por acaso, tem, como principal influência, a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus. Sabe-se que, em razão da crise sanitária mundial, muitos foram os impactos na economia e, consequentemente, no mundo do trabalho, nas subjetividades, nas estruturas sociais, dentre outros. Porém, se a pandemia atingiu diferentes países, é certo que impactos não foram iguais, e estiveram muito relacionados às especificidades de cada região. Para intensificar esse cenário, países como o Brasil lidam com problemas políticos sérios, relacionados, inclusive, ao negacionismo dos principais representantes do atual governo. Independentemente das peculiaridades de cada região, a pandemia trouxe e está trazendo impactos profundos, que tendem a mudar as relações e a organização social de forma significativa nos próximos anos. A expansão do ensino remoto e/ou da Educação a Distância (EaD), a atuação em *home office* ou teletrabalho, a repentina mudança nos estilos de vida, as discussões sobre o papel da ciência etc. são apenas alguns exemplos de questões complexas que demandam, cada vez mais, análises sociológicas. Como podemos, então, debruçarmo-nos sobre esses aspectos a partir de uma perspectiva epistemológica e metodológica que se coaduna com tempos de crise? Vamos propor alguns nortes para esse debate na seção subsequente.

PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS PARA UMA SOCIOLOGIA EM TEMPOS DE CRISE E/OU EFERVESCÊNCIA NA SOCIEDADE

Antes de seguirmos para a elaboração das ferramentas metodológicas, consideramos ser imprescindível aclarar alguns elementos. Primeiramente, o método que aqui propomos parte de reflexões teóricas circunscritas pelo período de pandemia. Dessa maneira, salientamos que nossas proposições ainda não foram empiricamente testadas, mas isso será empreendido na tese de doutorado do autor. Nossa discussão, aqui, visa tão somente à apreciação teórica e, mais precisamente, aos embates atinentes à metodologia das ciências sociais. Na medida em que pretendemos burilar a ideia de método apresentada para, posteriormente, aplicá-la numa investigação de maior magnitude, buscamos, com este artigo, traçar os pilares fundantes de nosso ensaio para que estes possam ser discutidos e, assim, aprimorados, criticados, validados ou mesmo falseados. Estamos apresentando, aos leitores e às leitoras, ideias de como vislumbrar perspectivas metodológicas mais alinhadas às necessidades que surgem a partir de momentos de crise como esse em que a sociedade se mostra enredada no período de pandemia.

Ora, os conceitos que serão construídos possuem termos provisórios, além de definições ainda imprecisas. Considerando-se que, atualmente, faz-se necessário o levantamento de reflexões metodológicas em sociologia, não apenas recuperando os clássicos e os contemporâneos mais destacáveis, mas também sugerindo novos olhares e perspectivas, propomos, neste ar-

tigo, reflexões que, sustentando-se em pilares da pesquisa sociológica, buscam trazer novos aspectos para o debate. De caráter propositivo e com a ressalva de que, nestas páginas, encontram-se apenas os esboços e as primeiras ideias do método que estamos propondo e nos esforçando paulatinamente para construir, este ensaio almeja trazer novos conceitos para a sociologia. Ainda que tais conceitos, aqui, possam parecer incipientes e sem o necessário aprofundamento.

SOBRE OS CATALISADORES SOCIAIS

Na falta, nesse momento, de um termo mais adequado, apresentamos a nossa noção de **catalisadores sociais**. Estes, anteriormente mencionados, dizem respeito àquelas situações históricas bem específicas que originam crises ou efervescências intensas capazes de compelir a sociedade para mudanças substanciais. O exemplo cabal desse conceito é a atual pandemia de Covid-19 que, em diferentes medidas, tem modificado as estruturas da sociedade. No sentido amplo, podemos compreender o catalisador como aquilo que estimula ou dinamiza (MICHAELIS, 2021, *online*). Na noção de conceito sociológico aqui empregado, esse termo se refere a um evento histórico que galvaniza a sociedade, capaz de provocar transformações muito importantes. Como dissemos anteriormente no artigo, a sociologia clássica parte da análise de fenômenos ocasionados pelas revoluções burguesa e industrial que, para nós, podem ser entendidas também como catalisadoras. O modo de produção capitalista e sua forma altamente racional advinda desse período de ascensão da burguesia seria, à luz do método que propomos, uma consequência direta de um catalisador social. Portanto, na medida em que entendemos a importância desse conceito, torna-se fundamental, ao sociólogo, defini-lo adequadamente, a fim de que, de fato, sejam identificados eventos que tenham relação direta com as mudanças que dele se originam.

No entanto, a ideia de catalisadores sociais não precisa estar restrita a fenômenos históricos de grande envergadura que trazem impactos a nível global, como uma pandemia. Pode-se, a título de exemplo, observar contextos histórico-sociais mais bem delimitados, partindo-se de eventos que influenciam modificações de uma determinada localidade. Uma greve de trabalhadores que culmina em transformações na organização do trabalho em dada região, ou mesmo um intenso período de crise que assola um país específico são apenas algumas proposições de eventos que possuem aderência com o conceito de catalisador social que estamos apresentando. De qualquer forma, é fundamental, como **ponto de partida** da investigação sociológica realizada à luz de nosso ensaio metodológico, definir qual é o contexto que se está analisando, visando desvelar, tanto quanto for possível, sua constituição em termos históricos. Uma greve de trabalhadores assalariados pode estar relacionada à exploração desinente do modo de produção capitalista. E isso é, aqui, algo que, quando da delimitação do catalisador social, deve ser apreciado pelo sociólogo. Mas o capitalismo é o pano de fundo que delineia o evento histórico-social investigado. Isto é, o catalisador, nesse exemplo citado, seria a greve dos trabalhadores assalariados, e todos os outros elementos que contribuem para formá-lo são retomados como forma de situá-lo historicamente.

Acreditamos que, nesse que seria um primeiro estágio da pesquisa, a análise documental se mostra como importante procedimento metodológico. Analisar a conjuntura político-econômica, a cultura etc. possibilita ao investigador circunscrever o evento que está sendo investigado, contextualizando-o não apenas em termos históricos, mas também geográficos. Isso

significa que o nosso conceito de catalisador social deve estar atrelado à noção de recorte histórico-social. Sugere-se, ao menos nessa primeira incursão sobre o método proposto neste artigo, que, quanto maior a abrangência dos impactos que se pretende averiguar por meio de um catalisador, mais turvas serão as características observadas, posto que apresentarão apenas esboços das influências em cada realidade específica. Noutras palavras, analisar fenômenos a nível global sem, todavia, recortá-los em contextos mais bem delimitados, como uma região ou um país, tende a mostrar os impactos apenas de maneira superficial e muito generalista. A pandemia, por exemplo, trouxe e está trazendo implicações variadas para praticamente todo o mundo, mas apreender isso em nível global dificulta evidenciar as especificidades dos impactos sentidos em países como o Brasil. Neste, obviamente a crise oriunda da Covid-19 ganha outros contornos, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo apresenta peculiaridades nesse país e a própria conjuntura político-econômica tem contribuído para a forma bastante específica como a pandemia tem impactado os brasileiros.

Mais uma vez, a delimitação do catalisador social, como um primeiro momento da pesquisa empreendida sob o método que estamos propondo, deve contar com uma retomada dos aspectos históricos. É certo que as influências que definem o momento de crise ou efervescência e a sua manifestação numa dada localidade podem ser muito amplas, remontando a períodos bem anteriores à materialização do evento que se está investigando. Cabe, pois, ao pesquisador definir seus interesses sociológicos, de sorte que isso será fundante na delimitação de quais aspectos histórico-sociais deverão ser considerados quando da definição do catalisador social. No caso da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus e seus impactos no Brasil, analisar a conjuntura político-econômica se apresenta como condição *sine qua non*. Porém, o estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo, sobre a constituição do Estado, sobre as políticas anteriores ao atual governo, sobre a cultura regional, dentre outras coisas pode – ou não – ser de interesse do sociólogo a depender dos objetivos de sua pesquisa. Exatamente por isso, destacamos que o catalisador social é, precisamente, o **ponto de partida** e não o **ponto de chegada** da investigação. É ele que vai possibilitar ao pesquisador estabelecer, por exemplo, relações de causalidade no fenômeno investigado. É também ele que pode propiciar ao cientista uma análise mais aprofundada do objeto, possibilitando resultados que atendam aos objetivos da pesquisa.

Se o catalisador social que será instituído como primeiro momento da pesquisa possuir muitos elementos que são indispensáveis ao investigador; ou mesmo se sua reconstituição histórica demandar muito esforço analítico, não vemos qualquer problema em estabelecer sua definição como uma parte isolada da pesquisa. Ou seja, antes de seguir-se para outras análises com vistas a perscrutar de que forma o catalisador influi numa realidade social e quais seriam as implicações disso, inicia-se com uma ampla investigação que busca, por si só, defini-lo de forma precisa e ampla, sempre em consonância com os objetivos maiores do sociólogo. Mas que fique claro que isso, se for feito, constitui-se como um primeiro momento do estudo, mesmo que seja realizado de maneira independente. É fundamental que outras pesquisas sejam posteriormente realizadas com o intuito de estabelecer relações de causalidade possibilitando observar as maneiras como o catalisador incide sobre diferentes aspectos da sociedade como o trabalho, a educação, a religião etc. Reiteramos, então, que o catalisador social, partindo-se da ideia metodológica que estamos construindo, deve ser tomado, sempre, como **ponto de partida**. No máximo, ele seria um dos objetivos de uma investigação sociológica maior, mas não o único.

Também vale argumentar que, ao menos na ideia apresentada nestas páginas, esse conceito não deve ser banalizado no sentido de que qualquer fenômeno social demandaria um esforço teórico e empírico de delimitação sociológica. O catalisador deve possuir, *a priori*, clara influência na realidade que está sendo observada pelo cientista. A amplitude e os efeitos dessa influência são resultados da própria investigação. Evidente que qualquer catalisador social, mesmo que seja decisivo em alguns fenômenos, não deve ser apreendido como único fator que incide sobre as relações de causa e efeito. A análise weberiana sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo nos parece muito significativa nesse sentido, porque demonstra o cuidado metodológico de Weber (2013) em não propor as suas explicações como unilaterais, substituindo um determinismo econômico por outro espiritual. Portanto, o catalisador deve sempre ser tomado como **uma** das formas de compreender a realidade, mas não a única. Cabe ao sociólogo identificar quais eventos podem se constituir como catalisadores, no sentido de exercerem influência significativa e decisiva em outros fenômenos que não são apenas efêmeros, mas apresentam duração ou mudança suficiente para estabelecer relações dialéticas – nós vamos explicar isso mais à frente.

A bem dizer, o conceito apresentado nesta seção ainda precisa ser melhor delimitado e acreditamos que, ao publicarmos este artigo, estamos trazendo o debate para as discussões metodológicas na sociologia. Mas, ao entendermos o que seriam catalisadores sociais, tomamos o devido cuidado para salientar a importância, por parte do pesquisador, de identificar quais seriam aqueles eventos que, de fato, influem de maneira decisiva e significativa nos fenômenos que aparentemente dele resultam. Sugerimos que um indicador dessa importância estaria não só nas implicações reais daquilo que se origina de um catalisador, mas também na duração desses resultados. Por exemplo, uma greve de trabalhadores assalariados que gerou algumas movimentações e alguns atos de violência, mas que, logo em seguida, foi desmobilizada, sem grandes implicações para a organização do trabalho naquela região, talvez não poderia se constituir como um catalisador no conceito que estamos construindo. Contudo, se essa mesma greve gerou impactos profundos naquela categoria profissional, de modo que influenciou a construção das subjetividades e, com isso, implicou mudanças nas relações entre patrões e empregados, isso poderia ser um indício de um catalisador social alinhado à nossa proposição metodológica. Em todo o caso, é o pesquisador que deverá fazer essa análise, sempre tomando o devido cuidado para não realizar todo o esforço de reconstituição histórica em eventos fugazes que não foram significativamente decisivos nos fenômenos pesquisados. Vários contextos histórico-sociais podem contribuir para transformações específicas no bojo de uma dada localidade, porém, nem todo evento poderia ser chamado de catalisador social sob o entendimento e a importância que, neste texto, estamos atribuindo a esse conceito.

Justamente por isso, reconhecemos a limitação que nossa proposta possui ao tentar conjecturar o impacto de um catalisador *a priori*. Objetos de estudo e pontos principais de interesse tidos como relevantes para o recorte histórico-social são, por vezes, descobertos em meio à pesquisa de campo, sem que o pesquisador tenha anteriormente os considerado por motivos diversos. Quer dizer que a ênfase num determinado fenômeno apreendido como de maior significância pode gerar um descaso para com outros elementos que se tornam negligenciados. Selecionar quais são os aspectos que merecem enfoque e quais deverão ficar à margem do recorte da pesquisa é, sem dúvida, um desafio para a noção de catalisadores sociais. Certas epistemologias levam a métodos cuja diminuição no enfoque se torna necessária para compreender dinâmicas sociais intrincadas que vão sendo construídas *pari passu* ao empreendimento

de investigação. Seja como for, entendemos que nosso método é tão somente uma forma de apreensão sociológica, que pode trazer potencialidades, mas não está isenta de limitações.

SOBRE AS IMPLICAÇÕES DOS CATALISADORES SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES DIALÉTICAS: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A PESQUISA

O que segue à constituição do catalisador social é a investigação de suas relações com o fenômeno que se situa no cerne da pesquisa. Exatamente por isso, acreditamos que a dialética é um instrumento conceitual necessário. Mas é preciso pontuar que, apesar de a nossa proposição metodológica partir de pressupostos epistemológicos, não estamos limitando nossa discussão ao uso de um arcabouço teórico engessado. Pois o objetivo deste artigo é menos voltado à ortodoxia teórica do que à proposição de procedimentos que visam à investigação científica. Delimitamos pilares do método ora apresentado, porque partimos de uma perspectiva bem definida. No entanto, consideramos importante manter a flexibilidade teórica e analítica, na medida em que cabe ao sociólogo selecionar a literatura da área que dê conta da apreciação do fenômeno investigado. Queremos dizer que defendemos a pluralidade teórica no sentido de que o pesquisador possa lançar mão do método aqui proposto em consonância com discussões marxistas, weberianas, durkheimianas, bourdieusianas ou quaisquer outras que sejam necessárias.

Diante dessas considerações, afirmamos que a dialética serve-nos de instrumento conceitual intrínseco à nossa noção de catalisadores sociais. Porque, após a definição destes, segue-se à observação de suas influências no objeto de estudo sempre numa relação de reciprocidade. Para Engels (2015, p. 171), “a dialética nada mais é que a ciência das leis universais do movimento e da evolução da natureza, da sociedade humana e do pensamento”. A lógica hegeliana presta um importante papel na compreensão da realidade, uma vez que, diferentemente do pensamento aristotélico, coloca as contradições como ponto nevrálgico das leis imanes à natureza, mas também das relações sociais. A contribuição e consequente crítica de Marx (2007) à dialética de Hegel é, para nós, também fundamental, posto que se opõe ao pensamento metafísico. Este que concebe os objetos em seu isolamento, desconectados justamente de suas contradições e complexas interações que lhe dão forma e movimento. Mas precisamos esclarecer que, ao lançarmos mão da dialética, não estamos alinhando nossa ideia de método ao marxismo. Porque isso leva a diatribes que poderiam invalidar nossa afirmação anterior. Ou seja, nossa proposição metodológica tem flexibilidade para a escolha do arcabouço teórico. Do contrário, precisaríamos delimitar uma escolha metodológica ortodoxa sendo que, em verdade, nossa discussão busca se utilizar de contribuições importantes de diferentes sociólogos.

Ao afirmarmos que as relações de causalidade entre o catalisador social e o objeto de estudo devem ser analisadas sob olhares da dialética, estamos compreendendo que as contradições e, especialmente, as reciprocidades não devem ser desconsideradas pelo cientista. Desse modo, entendemos que a condução do processo investigativo deve se dar por meio de etapas específicas. Como dito anteriormente, a constituição do catalisador social é o primeiro momento, e não um fim em si mesmo. Depois de reconstitui-lo, situando-o historicamente, buscar-se-á observar as suas implicações naquilo que é o objeto do estudo propriamente dito. Seguindo no exemplo da pandemia, define-se, primeiramente, o catalisador com todas as especificidades que lhe são pertinentes – conjuntura político-econômica, aspectos culturais e geográficos do

contexto analisado, pano de fundo histórico etc. – para, em seguida, investigar suas implicações no fenômeno analisado. A pandemia – ou seja, o catalisador social – certamente trouxe, a título de exemplo, impactos nas relações sociais que dependem das tecnologias digitais. Quais são esses impactos? Como os sujeitos reagiram às novas regras e exigências durante a pandemia? Como as relações sociais têm se dado a distância? Quais são as perspectivas para além da pandemia? Estas e outras questões que deverão ser postas pelo pesquisador serão analisados sempre de modo dialético, entendendo as relações entre o catalisador e o objeto de estudo.

Além disso, estabelecemos nossa compreensão epistemológica anteriormente para abrangermos as dinâmicas entre sociedade e indivíduo. Entendemos que todo catalisador social, enquanto fenômeno propriamente sociológico, constitui-se mediante relações entre sujeitos. No entanto, não parte necessariamente da vontade de um ou alguns poucos agentes. São intrincados entrelaçamentos de ações que compõem o todo, perfilando a manifestação e a materialização desse catalisador nas implicações que dele se originam. Portanto, à medida que um fenômeno traz impactos para a sociedade, também é por ela impactado, numa relação de reciprocidade. Um catalisador social impele mudanças substanciais, mas deve-se sempre considerar a interpretação que os sujeitos fazem das micro e macroestruturas. Essa mesma interpretação vai gerar diferentes movimentos de resistência, aceitação, mudança, dentre outros. Na medida em que os impactos são sentidos pela sociedade, esta irá reagir àquele catalisador que, por sua vez, também será modificado. Essa apreensão da realidade social serve-se claramente da dialética.

Vejamus um exemplo de como essa dinâmica pode ser investigada pelo sociólogo. Ao perscrutar uma ação policial sistematizada e truculenta que gera uma cachina noticiada nacionalmente, o primeiro momento da pesquisa será, como já descrito, reconstituir e situar historicamente essa ação. Resgata-se o desenvolvimento do capitalismo no plano macrossocial, as políticas de Estado na gestão de conflitos sociais, a opressão perpetrada nas periferias, dentre outros elementos que forem de interesse. Observa-se a conjuntura político-econômica que possibilitou e incitou a ação da polícia. Analisa-se quais os setores, instituições, representantes de movimentos sociais, regiões, sujeitos etc. envolvidos. Enfim, define-se, tanto quanto for necessário à pesquisa, os pilares que situam e constituem o catalisador social. Em seguida, parte-se para a investigação de como essa ação policial impactou o objeto de estudo. No exemplo aqui citado, podemos tomar como objeto as relações entre Estado e criminalidade dentro daquele contexto analisado. Certamente, a partir da ação policial que levou à chacina, isto é, do catalisador social, os agentes políticos e estatais, enquanto sujeitos envolvidos direta ou indiretamente no uso da violência dentro da periferia, acabaram interpretando essa realidade de uma determinada forma. Os movimentos sociais e civis, por sua vez, também tiveram uma interpretação própria da realidade. Ambos reagiram de diferentes maneiras às implicações da chacina, o que influenciou também os protestos e a própria atuação do Estado. Perceber-se-á, aí, uma nítida relação dialética. Contradições estarão em jogo, além de intrincados processos de tese, antítese e síntese. O catalisador social promoverá mudanças naquele contexto analisado, mas esse mesmo contexto também reage ao catalisador, modificando-o. Algumas implicações poderão ser rechaçadas pelos sujeitos, enquanto outras poderão ser incorporadas.

Seguindo para outro exemplo, dessa vez mencionando a pandemia ocasionada pela Covid-19, podemos demonstrar os movimentos dialéticos do fenômeno. Hipoteticamente, ao analisar os impactos do período pandêmico para a educação básica brasileira, precisa-se, primeiramente, reconstituir e situar o catalisador social. Define-se a conjuntura político-econômica do

Brasil. Analisa-se, ainda que sumariamente, o desenvolvimento histórico da educação básica pública averiguando avanços e retrocessos. Reconstitui-se o cenário da crise global ocasionada pela pandemia e as medidas de distanciamento e isolamento social preconizadas pelo órgão máximo de saúde no mundo. Dentre outras tantas coisas que se fizeram necessárias a depender das intenções metodológicas do investigador. Depois de reconstituído e situado o catalisador social, buscar-se-á averiguar de que maneira ele impactou, por exemplo, as configurações de espaço e tempo na educação básica. O pesquisador certamente irá se deparar com o ensino remoto e todas as problemáticas envolvidas. Qual é a reação dos professores em face dessa situação emergencial? Como tem se dado o ensino remoto e quais os desafios enfrentados? Que problemas os professores têm enfrentado para se adaptar a uma educação realizada a distância e por meio de tecnologias digitais? Quais mudanças estão sendo sentidas na educação básica e como isso tende a perpassar o período posterior à pandemia? São apenas algumas sugestões de questionamentos que o sociólogo poderá fazer.

Reconhecemos que, por enquanto, há certa dificuldade em delimitar, de modo cabal e inteiramente abstrato, quais fenômenos poderiam ser caracterizados como catalisadores sociais e quais, ao contrário, estariam excluídos dessa definição. Defendemos, ao menos por ora, que a construção do conceito parte do esforço analítico do pesquisador. É ele quem irá envidar esforços para constituir e definir um catalisador que, construído como tal, poderá ser observado a partir das influências reais e significativas que exerce ou exerceu sobre o objeto. Quer dizer, estamos falando de um conceito volátil que, embora deva ser apreendido por meio de uma primeira sondagem que demonstre real significância para as relações de causalidade que se pretende investigar *a posteriori*, não está, de maneira alguma, predeterminado. Além disso, as noções de catalisador e crise confundem-se e, ao menos nessa primeira incursão que fazemos no método, podem se assemelhar em vários momentos sem conseguirmos estabelecer uma distinção clara⁸. Isto é, uma crise pode ser vista como catalisadora de mudanças sociais importantes. Para nós, o fundamental é considerar o catalisador como ponto de partida, responsável por desencadear relações causais e dialéticas. Ele é construído pelo cientista justamente com essa finalidade. Isso não exclui a existência de uma infinidade de outros fenômenos que possam ter implicações para o objeto. Ao constituir o catalisador, no entanto, o cientista está determinando um foco de interesse que, como ponto de partida, será observado a partir das causalidades que engendra.

Voltando ao exemplo da pandemia, o surgimento da Covid-19 pode ser retomado como o principal elemento responsável por impelir uma série de mudanças sociais. Defendemos que ele seria o exemplo cabal de catalisador. Contudo, não vislumbramos, por enquanto, objeções quanto a focar outro fenômeno, colocando o cenário pandêmico como pano de fundo para trazer à baila outro catalisador que é, reiterando, o **ponto de partida** das relações de causa e efeito – também dialéticas – significativas que se almeja pesquisar. Quem irá definir o catalisador e sua importância para a análise do fenômeno é, em última instância, o pesquisador. Mas tomando o cuidado para não se referir a fenômenos recorrentes e acomodados às estruturas, que não tenham capacidade de compelir mudanças estruturais, que não sejam tomados como ponto de partida de relações causais e dialéticas, que não compreendam reciprocidade com o

⁸ A principal distinção que conseguimos fazer, nesse momento, refere-se à diferença entre crise enquanto conjuntura desfavorável e crise enquanto característica estrutural. O catalisador tem a especificidade de ser algo que eclode e, ao fazê-lo, compele ou acelera mudanças. Entendemos que isso se distingue de uma crise tida como inerente às estruturas de um modo de produção.

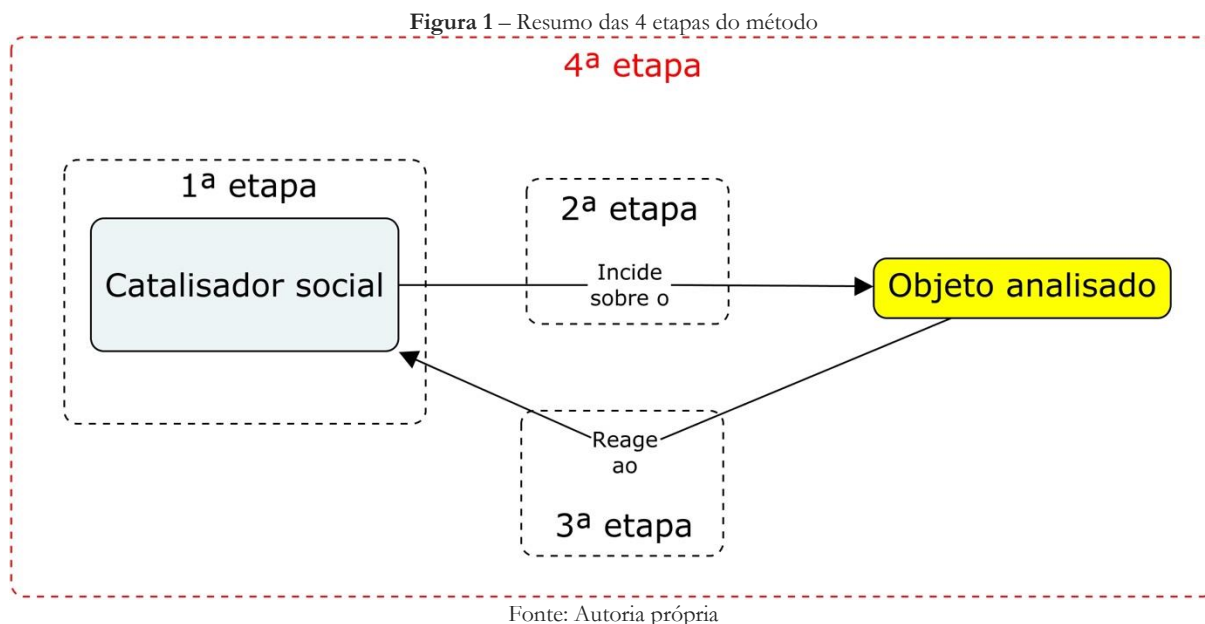
objeto que afetam, que não tragam transformações na sociedade percebidas também a médio e longo prazo, dentre outras características que, ao menos em nosso entendimento, se distanciam do que compreendemos como catalisador.

Aliás, consideramos que a ideia proposta não se confunde – apesar de haver intersecções – com a noção de fato social durkheimiana. Sem entrar em pormenores, por não ser esse o foco do debate, a imprevisibilidade é um dos aspectos peculiares que distinguem fenômenos cujos impactos sobre os indivíduos não podem, sem grandes dificuldades, ser socialmente esperados. Os catalisadores sociais impulsionam transformações sensíveis que, sem eles, ocorreriam de outra forma ou de modo consideravelmente mais moroso. A sua perenidade deve ser observada nas implicações a médio e, sobretudo, longo prazo trazidas para a sociedade. Os esquemas de interpretação introjetados nos sujeitos, como o *habitus*, muito provavelmente terão dificuldade de lidar com as mudanças estruturais, gerando instabilidade e incerteza, além de exigirem dos agentes uma profunda capacidade de improviso. Inclusive, o abalo gerado por um catalisador não deve ser visto como uma anomalia, mas como o desencadear de transformações que não são necessariamente boas ou ruins. As implicações que os catalisadores trazem para a sociedade tendem a não ser efêmeras, posto que o objeto irá reagir à provocação gerada havendo, posteriormente, um novo processo de acomodação que trará modificações percebidas especialmente a médio e longo prazo.

Assim, analisando-se os impactos do catalisador social no objeto de estudo, será possível apreender como a sociedade e, mais precisamente, os sujeitos interpretam e respondem às influências desse mesmo catalisador. Para continuar dando exemplos de nossa ideia, voltemos ao caso dos professores da educação básica lidando com o ensino remoto emergencial. Nesse cenário, tem-se constatado ações sindicais como forma de resistência, docentes buscando aperfeiçoamento profissional para lidar com tecnologias digitais, instituições reconfigurando o processo de ensino-aprendizagem levando até à demissão de profissionais, dentre outras coisas. Tudo isso pode ser visto como diferentes respostas às mudanças que são impostas pela pandemia. Por consequência, a conjuntura político-econômica, o contexto social etc. que definem o catalisador social também vão se modificando. Isto é, algumas tendências geradas pela pandemia tendem a impactar permanentemente a educação, sendo que outras serão fortemente rechaçadas. O catalisador terá, então, impulsionado transformações substanciais no objeto analisado ao passo que este, a partir das respostas dos sujeitos diante da representação que fazem da realidade histórico-social, irão reagir de variadas maneiras. Nesse ínterim, a sociedade se modifica envolvida em movimentos de resistência, luta, contradição, acomodação etc. E toda essa complexa dinâmica é passível de análise ao utilizar o método que, nestas páginas, estamos propondo.

Consubstanciando o processo de pesquisa partindo dos catalisadores sociais, propomos, assim, quatro etapas basilares que, provisoriamente, nomeamos: reconstituição do catalisador; análise dos impactos sobre o objeto; análise das reações do objeto; síntese do processo/fenômeno. A primeira etapa é justamente reconstituir e situar o catalisador social. A segunda envolve investigar os impactos diretos desse catalisador no objeto de estudo. A terceira diz respeito a fazer o caminho inverso, e observar como as reações do objeto analisado incidem sobre o catalisador. A quarta e última etapa se refere à síntese de todo o processo, em que o investigador demonstra como o catalisador impacta o objeto; como este reage àquele; e como, por fim, tem-se mudanças substanciais no contexto social pesquisado. Conjecturamos que esse procedimento analítico também possibilita ao sociólogo projetar implicações percebidas nos

médio e longo prazos a partir do catalisador social, além de levantar outras problemáticas e focos de pesquisa importantes. Ora, a nossa ideia de método apresenta, ao menos nesta discussão inicial, 4 etapas bem ajustadas à compreensão dialética da realidade. Como forma de apresentar aos leitores e às leitoras esses procedimentos, no intuito de elucidar nossas proposições, elaboramos a Figura 1.



Na imagem acima, percebe-se que a primeira etapa está inteiramente voltada ao catalisador social. As formas como este incidem sobre o objeto analisado constituem a segunda etapa. O terceiro momento da investigação envolve as reações do contexto analisado diante dos impactos sentidos pelo catalisador. Por fim, tem-se a síntese de todo o processo como quarta e última etapa. Conquanto tenhamos delimitado os procedimentos com vistas a facilitar o entendimento por parte dos leitores e das leitoras, destacamos que são proposições ainda incipientes que, com efeito, precisam de complementadas. A fim de apresentar nossa ideia de método, esclarecermos que as etapas, a concepção epistemológica, os conceitos etc. estão em aberto. Com a oportunidade de divulgar este ensaio, esperamos poder contribuir para o debate sociológico, trazendo sugestões no sentido de pensar em novas metodologias para as ciências sociais, mormente no contexto de pandemia em que estamos vivendo. Certamente, o objetivo deste texto não é substituir ou tentar sobrepujar outros métodos. Nossa proposição tampouco se apresenta, ainda, com o aprofundamento necessário para figurar entre as opções metodológicas contemporâneas. Em verdade, trazemos ideias e sugestões para os pesquisadores, colimando pensar, juntos, em novas possibilidades para as ciências sociais, resgatando teorias sociológicas e imprimindo outros olhares ajustados às demandas que têm surgido hodiernamente.

SOBRE OS TIPOS DE DADOS GERADOS E AS CONSEQUENTE POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO MÉTODO PROPOSTO

A primeira coisa que destacamos no método apresentado concerne à multiplicidade de da-

dos gerados. Da análise documental à aplicação de questionários e entrevistas, a consecução de um processo investigativo calcado na ideia de catalisadores sociais parte dos pressupostos da triangulação metodológica. Tem-se, pois, variadas fontes e instrumentos de coleta e análise juntamente com uma combinação das abordagens qualitativa e quantitativa. A triangulação é uma forma de combinar possibilidades (LAKATOS; MARCONI, 2019) a fim apreender o fenômeno em sua complexidade. Tendo em vista a significância que um catalisador possui para as transformações sociais, a tentativa de compreender as relações de causalidade passa por múltiplos procedimentos metodológicos. Pode-se utilizar a análise documental, como já mencionado, para reconstituir o catalisador. Mas, para além disso, pode-se lançar mão de grupos focais, entrevistas semiestruturadas, visitas *in loco*, questionários, dentre outras possibilidades. Cabe, portanto, ao cientista definir quais instrumentos serão necessários à sua pesquisa, desde que não se perca de vista o necessário uso da triangulação metodológica.

No que se refere às limitações do catalisador social, entendemos que uma das principais diz respeito ao alto teor valorativo que existe quando da escolha de um fenômeno que será reconstituído. Utilizando-se de outras pesquisas, da experiência vivenciada, das deduções feitas etc., o pesquisador terá de observar o potencial que certa situação histórico-social possui para ser definida como catalisadora de mudanças importantes e estruturais. Isso envolve, para além de outras coisas, uma parcialidade. Como Weber (2015; 2016) muito bem nos mostra, a neutralidade axiológica se relaciona, também, à clareza que o cientista possui das interferências que ele exerce sobre os objetos que constrói e seleciona. Além disso, certas abordagens nas ciências sociais são valiosas justamente por possibilitarem o descobrimento de fenômenos, fatos, objetos, dinâmicas, dentre outros que não poderiam ser previstos e que só foram encontrados por se diminuir o foco analítico. Esse é, com certeza, um dos problemas do catalisador social, na medida em que ele demanda uma escolha que toma um ponto de partida e, assim, reduz a atenção para outros elementos que podem ser importantes.

Como todo método, reconhecemos que a proposta apresentada neste artigo tem limitações. Muitas delas ainda escapam, na escrita deste ensaio, a nossos olhares e precisam ser trazidas por outros pesquisadores que se interessarem por nossa discussão. De qualquer maneira, é imprescindível ter clareza das interferências que o observador pode exercer sobre o que observa, além, é claro, de estar ciente das principais limitações que o método empregado possui. Reiteramos que nossa ideia é, até o momento, muito incipiente e que será melhor trabalhada noutras oportunidades. Como uma das principais lacunas que permanecem neste texto, tem-se o desafio de definir, precisamente, o que são os catalisadores sociais e o que, ao contrário, encontra-se à margem desse conceito. Ao passo que amadurecermos a discussão, juntamente com outras pesquisas e experiências, traremos mais conteúdo para o debate, burilando e estabelecendo, mais detalhadamente, as reais limitações e possibilidades do método.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste texto foi apresentar e discutir uma ideia de método sociológico que possa se ajustar à análise dos assim chamados catalisadores sociais. No início do artigo, demonstramos que a sociologia, desde sua constituição enquanto disciplina científica, esteve alinhada à análise de fenômenos sociais que impulsionaram mudanças significativas nas configurações da sociedade. Ao se debruçar sobre a revolução industrial e a constituição do empreendimento capitalismo moderno, os sociólogos buscaram, em diferentes medidas, investi-

gar as implicações do modo de produção capitalista em seus impactos no trabalho, na religião, no Estado etc. Portanto, afirmar que as pesquisas em sociologia partem ou abrangem catalisadores em suas análises não possui qualquer originalidade. É por isso que, neste artigo, estive-mos mais interessados em trazer novos olhares para questões que já vêm sendo discutidas há tempos. Olhares estes que possam produzir um amálgama de diferentes contribuições sociológicas e, ao mesmo tempo, trazer novas perspectivas e ideias analíticas que esteja em consonância com a crise ocasionada pela pandemia e as necessárias investigações que têm sido feitas a partir disso.

Ainda no texto, retomamos alguns conceitos basais da sociologia para também demonstrar que a dicotomia entre indivíduo e sociedade já vem sendo apreendida nas pesquisas de cunho sociológico. Aliás, autores contemporâneos instituem conceitos e vertentes de análise que buscam dar conta das intrincadas relações entre os sujeitos que compõem os contextos sociais. Trata-se de debates que trazem à sociologia instrumentos conceituais sobremodo importantes, possibilitando neutralizar ou apreender as dualidades ou mesmo as intersecções entre o indivíduo e a sociedade. Quando retomamos essas discussões, de forma bastante superficial e generalista, buscamos, apenas, situar o nosso método a partir de uma perspectiva epistemológica que considera, de um lado, as macro e microestruturas como fundamentais na ação social sem, todavia, desconsiderar o papel da interpretação que os sujeitos fazem dessas mesmas macro e microestruturas. Ainda que a sociedade seja responsável por balizar a agência dos indivíduos, pode-se falar em certos espaços para a materialização desse agir, o que possibilita interpretações dissímeis e, conseqüentemente, movimentos de resistência ou acomodação às imposições sociais maiores. Toda essa dinâmica que abarca sujeito e sociedade pode ser percebida à luz de distintas teorias sociológicas. E não nos aprofundamos em nenhuma teoria específica justamente para defender a flexibilidade do método ora proposto no que concerne à escolha da literatura que será necessária para a investigação do fenômeno – muito embora nossa definição epistemológica acabe, de certa forma e em alguns sentidos, por delimitar teoricamente o método que apresentamos.

Depois de apresentados os nossos argumentos teóricos, partimos para a definição do catalisador social. Salientamos que os termos utilizados no texto ainda são provisórios, e demandam o aprofundamento crítico que advém justamente do debate sociológico para o qual estamos apresentando nossa ideia metodológica. Assim, reconstituir e definir o catalisador *social* é o primeiro momento da investigação, porém, não se trata de um fim em si mesmo. Os procedimentos metodológicos que apresentamos envolvem, inclusive, outras três etapas, sendo elas: análise dos impactos do catalisador no objeto investigado; reação do objeto em face das implicações originadas pelo catalisador; e síntese de todo o processo, em que se busca observar as mudanças sociais. Dentro dessas etapas sugeridas para a pesquisa, situamos nossa proposição metodológica numa perspectiva dialética sem, no entanto, alinharmos-nos ortodoxamente a uma teoria sociológica. Pois a dialética no serve, neste texto, tão somente como instrumento conceitual que permite apreender as complexas dinâmicas entre o catalisador e o objeto investigado, sempre em relações de reciprocidade e envolvendo movimentos contraditórios.

A nossa ideia metodológica discutida neste artigo é, como já dissemos, apenas uma proposição. Nossos argumentos, além da definição dos conceitos introduzidos, são muito incipientes e demandam, justamente por isso, outras discussões. Com este texto, buscamos apresentar nossas ideias aos leitores e às leituras para que, juntos, possamos pensar em novas ferramentas e conceitos metodológicos que, ao passo que resgatem a teoria sociológica clássica e contem-

porânea, proponham outros olhares para os fenômenos sociais que surgem em períodos de efervescência como esse em que estamos vivendo durante a pandemia. Decerto, nossos argumentos metodológicos não almejam superar outras possibilidades. Muito menos acreditamos que, na forma introdutória apresentada neste texto, a ideia de método possa figurar como uma possibilidade metodológica para a contemporaneidade. Reiteramos que são apenas discussões ainda muito introdutórias, que gostaríamos de apresentar aos pesquisadores e às pesquisadoras com vistas a contribuir para os debates acerca de possibilidades no âmbito da investigação em sociologia e em ciências sociais.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 278 p.
- BECKER, H. A escola de Chicago. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200008>>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- BLUMER, H.; REIS, C. M. Sociedade como interação simbólica. **Plural**, v. 25, n. 2, p. 282-293, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/153656>>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- COLLIOT-THÉLÈNE, C. **A sociologia de Max Weber**. Tradução de Cláudio José do Valle Miranda. Petrópolis: Vozes, 2016.
- DURKHEIM, E. **O suicídio**. Tradução de Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Edipro, 2014.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Edipro, 2016.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ENGELS, F. **Anti-Dühring: a revolução da ciência Segundo o senhor Eugen Dühring**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbso/v35n122/a06v35n122.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2021.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- LIMA, J. A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 13, n. 1, p. 17-26, 1 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25735>>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- LIMA, J. C.; BRIDI, M. A. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. **Cad. CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 325-342, ago. 2019. Dispo-

nível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000200325&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2020.

LÖWY, M. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Estudos Avançados [online]**, v. 16, n. 45, p. 199-206, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200013>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, [S. l.], v. 15, n. 37, 2006. DOI: 10.9771/ccrh.v15i37.18603. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18603>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. 875 p.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Catalisador. 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/catalisador/>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

MUSSE, R. A dialética como discurso do método. **Tempo Social**, v. 17, n. 1, p. 367-389, jun. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a15>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e representação**. Tradução de M. F. Sá Correia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. 431 p.

SETTON, M. da G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 abr. 2021.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015. 580 p. v. 2.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. Tradução de Augustin Wernet. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. 687 p.